

ENSINO DA HISTÓRIA E DA CULTURA AFRO-BRASILEIRA: POSSIBILIDADES E DESAFIOS À FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Hélen Rose Pinheiro Fróes¹

Claudete da Silva Lima Martins²

Resumo:

Este trabalho teve por objetivo investigar práticas pedagógicas inovadoras que contemplassem o ensino da história e cultura Afro-brasileira na Escola Municipal de Ensino Fundamental Dr. João Thiago do Patrocínio, no município de Bagé, RS identificando a importância da formação continuada para promoção destas práticas. A escola atende alunos de Educação Infantil e Ensino Fundamental completo. Acredita-se que é na formação continuada, que muitas vezes os professores depositam sobre sua prática um olhar crítico-reflexivo. Para tanto foram revisados os seguintes autores Paulo Freire (2016), Pierre Levy (1999), José Libâneo (2004), Kabengele Munanga (2004), entre outros. Tendo como foco da pesquisa o grupo de professores da referida escola, a pesquisa classifica-se como de campo e buscou fornecer subsídios para que os professores modificassem a sua ação docente e, a seguir, questioná-los sobre estas mudanças em busca de identificar práticas pedagógicas inovadoras. Foram sujeitos da pesquisa 14 professores lotados nesta escola em 2017. Para coleta de dados foi utilizado questionário, aplicado a todos os professores, pois, segundo Gil (2002, p. 116) através deste, pode-se traduzir os objetivos específicos da pesquisa em itens bem redigidos. Para coleta de informação sobre práticas pedagógicas inovadoras foi utilizado a entrevista semi-estruturada e diário de campo. Na sequência foram selecionados professores que manifestaram interesse em continuar participando como objeto da pesquisa e que tenham participado da formação na escola e a partir desta tenha tido prática pedagógica inovadora com a(s) turma(s) que atende. O diário de campo foi utilizado para registro das observações e impressões da pesquisadora durante a realização da pesquisa. A metodologia utilizada para analisar as informações coletadas foi a análise do conteúdo. (BARDIN, 1977). Os resultados obtidos sinalizam que através da formação continuada de professores pode-se promover uma prática crítico-reflexiva que resulte em práticas inovadoras. Para tanto os fatores que dificultam o desenvolvimento da proposta, como tempo da formação, tempo para estudos, o compartilhar dos anseios e a continuidade dos encontros devem ser considerados e minimizados e os facilitadores como receptividade dos alunos e variedade de material disponível deve ser potencializado.

Palavras-chave: Lei 10.639/2003 Relações Étnico-raciais

Modalidade de Participação: Pesquisador

**ENSINO DA HISTÓRIA E DA CULTURA AFRO-BRASILEIRA: POSSIBILIDADES E DESAFIOS
À FORMAÇÃO DE PROFESSORES**

¹ Outro. helenzinhafroes@gmail.com. Autor principal

² Docente. claudeteslm@gmail.com. Co-autor

Anais do 9º SALÃO INTERNACIONAL DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO - SIEPE
Universidade Federal do Pampa | Santana do Livramento, 21 a 23 de novembro de 2017

ENSINO DA HISTÓRIA E DA CULTURA AFRO-BRASILEIRA: POSSIBILIDADES E DESAFIOS À FORMAÇÃO DE PROFESSORES

1 INTRODUÇÃO

A assinatura da Lei Áurea em 1988 extinguiu a escravidão no Brasil, mas estava longe de conceder ao povo negro escravizado a liberdade (AURÉLIO, 2001, p.318) considerando esta como a liberdade de uma pessoa fazer ou deixar de fazer qualquer coisa, tomando todo o tipo de decisões relativo ao seu estilo de vida, a suas crenças, aos seus valores e à sua forma de pensar.

A partir da década de 70, a sociedade vivenciou a retomada da luta da população negra através do ressurgimento do Movimento Negro, buscando a revalorização da história e da cultura africana. Na década de 80, a discriminação racial foi apontada como responsável pela desigualdade na trajetória escolar de negros e brancos devido a situações de preconceito, desvalorização e desconhecimento das contribuições que estes tiveram na construção do país.

A Marcha Zumbi dos Palmares, ocorreu em 1985 e foi fundamental para que a sociedade e os governos tivessem um olhar significativo para as questões étnico-raciais. Ao final deste manifesto é feito um diagnóstico com dados da exclusão e da opressão vividas pelos negros e apontam-se alguns caminhos a serem trilhados pelo poder público, entre estes a garantia da escola pública, gratuita e de boa qualidade, a eliminação da discriminação racial no ensino, monitoria nos livros didáticos e manuais escolares, treinamento e aperfeiçoamento permanente de professores para trabalhar com a diversidade étnica, políticas de acesso dos negros em cursos profissionalizantes, à universidade e às áreas tecnológicas de ponta. Em 1988 é promulgada a Constituição Federal (BRASIL, 1988) que reconhece a pluralidade cultural do Brasil e combate a discriminação racial, promovendo a valorização das identidades étnicas.

Ao analisar o cotidiano da escola e a forma como os professores lidam com conceitos discriminatórios, é possível afirmar que as políticas públicas são importantes, porém, muitas vezes ineficazes, tendo em vista a falta de suporte para que possam ser contempladas no currículo e no âmbito escolar. A sociedade brasileira reluta em reconhecer toda sua diversidade e utilizar este fato como força, que enaltece, embeleza e colori. A escola, por estar inserida nesta sociedade, também reproduz este discurso e, ao longo destes quinhentos e dezesseis anos de História perpetua a condição dos grupos étnicos que nos constituíram: indígenas como nativos; branco como colonizadores e imigrantes; pretos e pardos (negros), como escravizados e amarelos como imigrantes (LIRA, 2010, p 11). Segundo Freire (2004, p.14), o erro na verdade não é ter um certo ponto de vista, mas absolutizá-lo e desconhecer que, mesmo do acerto de seu ponto de vista, é possível que a razão ética nem sempre esteja com ele.

De acordo com a legislação brasileira a presença do sujeito na escola dos 04 aos 18 anos de idade é obrigatória o que torna de suma importância que as discussões sobre racismo, dentre outros temas, estejam presentes e sejam refletidas dentro do espaço educativo. Dentre as políticas públicas de ações afirmativas, a implementação da Lei 10.639/2003, que inclui no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira impacta diretamente na instituição em que, depois da família, mais tempo convivemos, a escola e, a forma como as relações se estabelecem e refletem dentro deste espaço.

Nesse sentido me utilizo da Lei 10639/2003 e do lugar de componente do grupo de gestão da escola onde foi realizada a pesquisa para propor ao grupo de professores repensar nossas ações dentro da escola, repensar a forma como lidamos com as relações raciais e que propostas de intervenção apresentamos para superação da desigualdade social e cultural que atinge a população negra.

Neste trabalho me propus investigar quais conhecimentos os professores possuem sobre a Lei 10.639/2003 que torna obrigatório o Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira; Conhecer práticas pedagógicas inovadoras que contemplem a temática; identificar aspectos facilitadores e dificultadores para práticas pedagógicas inovadoras; discutir a importância do ensino da História e da Cultura Afro-brasileira na Educação Básica.

2 METODOLOGIA (MATERIAIS E MÉTODOS)

Considerando a relação entre mundo real e o sujeito que embasa esta pesquisa a abordagem adotada tem caráter qualitativo, o tipo de pesquisa adotada foi pesquisa de campo de natureza descritiva.

Foram sujeitos da pesquisa 14 professores lotados na escola Dr. João Thiago do Patrocínio, localizada no município de Bagé, RS.

Para coleta de dados foi utilizado questionário, entrevista e diário de campo.

O questionário foi adotado como instrumento da pesquisa por ter uma ampla abrangência e manter uma uniformidade nas respostas. Contendo questões abertas e fechadas, foi aplicado com os professores de maneira individual, na sala da Orientadora Educacional. As questões postas aos sujeitos da pesquisa visavam responder aos seguintes objetivos: identificar o conhecimento dos professores sobre a existência da Lei 10.639/2003; investigar se o grupo considera importante a existência de ações afirmativas para valorização e reconhecimento do povo negro, verificar se a formação continuada contribui para o desenvolvimento de práticas pedagógicas inovadoras que contemplem a cultura afro-brasileira bem como identificar aspectos facilitadores e dificultadores para realização de práticas pedagógicas inovadoras que envolvam a temática.

A continuidade da pesquisa se deu considerando os seguintes critérios: declaração de interesse em participar da pesquisa manifestada no questionário, participação da formação continuada oferecida pela escola em 2016 e após ter proporcionado aos alunos atividade inovadora de acordo com a Lei 10.639/2003 (BRASIL, 2003). De acordo com os critérios elencados apenas uma professora se encaixou no perfil almejado. Esta leciona matemática em três das quatro turmas de anos finais da escola, o que torna a pesquisa bastante singular, pois tanto no corpo da Lei 10.639/2003, quanto no nosso imaginário, que muitas vezes tende a encaixar as coisas em algum lugar, a matemática não seria o componente curricular “imaginável” de aplicabilidade da Lei.

Os professores foram identificados por pseudônimos na citação de suas falas, sendo a professora entrevistada e que teve sua prática inovadora observada, identificada como P10.

A entrevista foi do tipo semi-estruturada. As questões apresentadas à professora tinham por objetivo averiguar se a formação continuada que participou em 2016 favoreceu para que propusesse aos alunos o projeto; quais dificuldades encontrou para desenvolvimento do projeto e se os objetivos propostos foram alcançados.

No diário de campo foram registradas a forma como se construiu a formação continuada, como se deu a escolha das atividades desenvolvidas, as expectativas

da pesquisadora, a adesão dos professores a proposta e a maneira como todos absorveram o momento da formação.

No tratamento de dados aplicou-se a análise de conteúdo, segundo Bardin (1977, p. 32) qualquer comunicação, isto é, qualquer transporte de significações de um emissor para um receptor controlado ou não, por este, deveria ser escrito, decifrado pelas técnicas de análise do conteúdo.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Lei Federal 10639/03 determina que os conteúdos sobre história e cultura Africana e Afro-brasileira sejam abordados em todos os níveis de ensino das redes privada e pública do Brasil. Contudo, o conhecimento dos professores em relação ao conteúdo da Lei (BRASIL, 2003) ainda está bastante precário pois existe uma deficiência na formação inicial e na formação continuada de professores. A dificuldade que encontramos em encarar e discutir as questões raciais e o preconceito ainda velado e negado no Brasil, são fatores que propiciam para que a abordagem da temática em sala de aula ainda dependa mais da iniciativa pessoal do professor do que de uma ação conjunta e planejada pela escola.

Questionado ao grupo de professores participantes da pesquisa se teriam conhecimento da Lei 10.639 (BRASIL, 2003) nove professores responderam conhecer em parte e outros cinco professores responderam conhecer. A princípio as respostas parecem positivas, pois dentre os entrevistados nenhum respondeu desconhecer a Lei (BRASIL, 2003) porém, compreendendo conhecer como pressuposto para poder falar sobre, as respostas dos professores nos leva a diferenciar conhecer e saber da existência, tornando as respostas menos entusiasmadoras. Um dos professores pesquisados quando perguntado sobre o que sabe sobre Lei (BRASIL, 2003) respondeu *“ter pouca informação”* (Professora P5, 2017) e a professora P14 diz *“que todos somos iguais perante a lei”*. Ambas as respostas demonstram haver uma lacuna a ser superada, haja vista que a Lei (BRASIL, 2003) tem 14 anos de promulgação e o seu conteúdo ainda é pouco conhecido entre os sujeitos que deveriam promover sua implementação.

A professora P10 entende que a Lei (BRASIL, 2003) *“busca resgatar a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinente a História do Brasil”*. A Lei (BRASIL, 2003) *“partiu do movimento social, a fim de tratar, nas escolas, sobre as questões raciais que fazem parte da composição histórica do Brasil”* foi o que respondeu a professora P1 que declara conhecer a Lei (BRASIL, 2003) em parte, apesar da clareza com que expôs o seu saber. Dentre os professores que responderam conhecer a lei em parte encontramos a professora P9 que diz: *“devemos por lei trabalhar em sala de aula com as crianças”* e a professora P2 coloca *“que o tema tem que ser abordado como conteúdo programático”*.

Podemos através das respostas constatar que há o entendimento de uma professora que trabalhar a História e Cultura Africana e Afro-brasileira resultou de ações de um coletivo, neste caso o Movimento Negro e que se propõe a resgatar a contribuição do povo negro na formação da nação brasileira. Colocar as crianças como parte deste trabalho dá uma legitimidade à citação da professora, tendo em vista o entendimento que tenho de que eles estão em formação e são o futuro do país.

SILVA, 2011 diz que:

A educação das relações étnico-raciais tem por alvo a formação de cidadãos, mulheres e homens empenhados em promover condições de igualdade no exercício de direitos sociais, políticos, econômicos, dos direitos de ser, viver, pensar, próprios aos diferentes pertencimentos étnico-raciais e sociais. (p. 12)

A Lei 10.639/03 (BRASIL, 2003) ao introduzir a discussão sistemática das relações étnico-raciais e da história e cultura africanas e afro-brasileiras, impulsiona mudanças significativas na educação básica brasileira, articulando o respeito e o reconhecimento à diversidade étnico-racial com a qualidade social da educação.

Que sabemos muito pouco da cultura, estudamos nos bancos escolares sobre outras culturas (europeia) e a vinculado ao povo africano fica a desejar, menosprezada demonstrando, favorecendo o racismo. (QUESTIONÁRIO, Professora P13, 2017)

A reflexão da professora P13 remete-nos a pensar nas questões documentais que embasam e fornecem suporte ao trabalho do professor: o Projeto Político Pedagógico, os Planos de Estudo, o Currículo Escolar e o próprio livro didático e de que maneira estes documentos expressam e se organizam para contemplar a diversidade de uma escola, que nada mais é do que o reflexo de uma sociedade diversa, de sujeitos com trajetórias diferentes.

Nas respostas apresentadas observamos que ainda não há, pelos professores, apropriação da lei e das possibilidades de trabalho que surgem a partir desta. De outra perspectiva acompanhamos com bastante preocupação os rumos políticos atuais da nação brasileira. Podemos ver nas falas aqui registradas, não haver uma profunda compreensão do quanto as questões raciais são importantes de serem reconhecidas, respeitadas e discutidas pelos formadores de crianças e jovens, e tendo como referencia a última década onde acompanhamos grandes esforços do poder público para diminuir as diferenças sociais, econômicas e financeiras, pode-se vislumbrar dias de estagnação ou retrocesso no que refere-se as ações afirmativas e as políticas públicas que visam assegurar determinado direito de cidadania, de forma difusa ou para determinado seguimento social, cultural, étnico ou econômico.

4 CONCLUSÃO

Os dados coletados nos informam que todos sabem da existência da Lei 10.639/2003, porem desconhecem o conteúdo e portanto, saber da existência não é suficiente para contemplar a História e cultura Africana e Afro-brasileira nas atividades cotidianas e na inserção de uma prática pedagógica inovadora.

As dificuldades apresentadas para não realização esbarram em questões que possuem pouca ou nenhuma sustentação, a exemplo, ter pouca informação, pouco material disponível e não saber explicar o tema. Haja vista que a realidade tecnológica, tanto de acesso como diversidade de informação, impossibilitam que se justifique a não inserção dos conteúdos contemplados na Lei 10639/2003 no fazer diário da sala de aula.

Tratar o tema da diversidade na escola é um obstáculo para muitos professores, portanto vai além de ser uma apropriação teórica, é trabalhar em sala

de aula de modo a colocar em movimento ideias e práticas que estimulem a proximidade entre diferentes, o que requer dedicação, empenho e convicção.

Enfim, promover uma formação continuada que objetive o desenvolvimento de práticas pedagógicas inovadoras requer tempo, comprometimento e disponibilidade. Tempo para ler, pesquisar, planejar que apesar de serem atividades inerentes ao magistério acabam muitas vezes sendo suprimidas pela carga horária diária, pelo número de alunos nas salas de aula e/ou de pela quantidade de escolas em que atuamos, levando em consideração também a quantidade de papéis a serem preenchidos e mantidos em dia. Neste contexto o tempo necessário para estudar se aperfeiçoar fica preterido pela demanda burocrática. Comprometimento com educandos que formamos e suas diversas formas de ser no mundo, com a educação que queremos e com a história e com a cultura afro-brasileira que há tempos é esquecida, empobrecida e desvalorizada. Por último, mas não menos importante disponibilidade. Disponibilidade de estar envolvido, de se dispor daquilo que ouvimos como única verdade, de ouvir sobre como sujeito que é negro se percebe numa sociedade racista e excludente e de falar para todos que as diferenças nos acrescentam e nos presenteiam com a possibilidade de sermos melhores, de discutir, argumentar e conciliar quando a intolerância tenta preponderar, enfim dispor-se de todo preconceito e ingenuidade e se fortalecer naquilo que nos é mais precioso que é a própria vida com toda sua diversidade.

5 REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução: Luis Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa, Portugal: Edições 70, 1977. 225p

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Presidência da República. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: junho, 2017.

BRASIL. **Lei nº. 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Brasília, DF, 2003. Não paginado. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm>. Acesso em: maio, 2016.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. LDB - **Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional**. Brasília: MEC, 1996.

FONSECA, Marcus Vinicius Fonseca. SILVA, Carolina Mostaro Neves da. FERNANDES, Alexsandra Borges. **Relações Étnico-Raciais e Educação no Brasil (Orgs.)**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2011. 215p.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. 30 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004. 148p

GARCIA, Paulo Sergio. **Um estudo sobre a inovação como estratégia de formação contínua de professores de ciências**. In: VII Enpec Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências. Florianópolis, 2009.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª ed. São Paulo. Editora Atlas S.A. 2002

LIRA, Lilian Conceição da Silva Pessoa de ; SILVA, Marcos Rodrigues da. **Teologia da Libertação e Educação Popular. Negritude e Branquitude: Razões da (des)iguladade**. São Leopoldo: CECA; co-edição CEBI, 2010. 96p.